

IMPLANTAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE EXPANSÃO DO PROTESTANTISMO PRESBITERIANO NO BRASIL IMPÉRIO

Edwiges Rosa dos Santos
Mestranda em Ciências da Religião – PUC–SP
edwiges.rosa@uol.com.br

Resumo: o texto apresenta alguns aspectos da implantação e as estratégias de expansão do protestantismo presbiteriano brasileiro no século XIX. A exposição aponta as primeiras tentativas de implantação protestante no país, a autorização formal, por parte do governo, que possibilitou a prática da diversidade religiosa, os dados relevantes dos primeiros anos de atuação protestante no território nacional, as dificuldades enfrentadas pelos primeiros missionários e a influência do protestantismo na área educacional.

Palavras-chave: protestantismo; religião; evangelização; educação.

Abstract: the text presents some aspects of the implantation and strategies of expansion of the Brazilian Presbyterian Protestantism during the 19th century. The exposition points out the first attempts of protestant implantation in this country, the formal authorization by the government (which made the practice of religious diversity possible), relevant data of the first years of protestant acting in the national territory, the difficulties faced by the first missionaries and the Protestantism influence in the educational area.

Key-words: protestantism; religion; evangelization; education.

Introdução

Analisar o protestantismo brasileiro, em qualquer de seus aspectos ou fases, não é uma tarefa fácil. A amplitude de fatos e as diversas denominações que atuaram e atuam ainda hoje no Brasil tornam impossível abordar amplamente o assunto em um único trabalho.

Se levarmos em conta que o Brasil foi colonizado por um país predominantemente católico, aliado à Igreja de Roma no combate direto aos hereges e que apoiou incondicionalmente todo o processo da Inquisição, conclui-se que o protestantismo no Brasil teve, durante sua expansão, sérios problemas. Nesse contexto, como incluir o protestantismo e explicar sua penetração em uma comunidade que tinha uma herança religiosa católica tão forte? A história das nações envolvidas na história do Brasil ajuda a revelar os meios pelos quais esse processo se realizou.

Assim, na história do protestantismo, encontram-se algumas tentativas de sua implantação também no Brasil. Mas as primeiras tentativas de sua expansão no país estavam mais ligadas aos interesses políticos e econômicos do que à evangelização do continente sul-americano.

A França e, posteriormente, a Holanda viram, nas terras brasileiras, oportunidades de acumular riqueza e, ao mesmo tempo, a possibilidade de resolver parte do problema que estavam enfrentando em suas terras com os confrontos entre católicos e protestantes.

Após a saída dos invasores, todas as formas de cultos que não fossem católicos foram proibidas. Essa situação permaneceu por aproximadamente 150 anos.

A expansão protestante

A entrada oficial do protestantismo no Brasil está ligada à vinda da Família Real. Em 28 de janeiro de 1808, cumprindo parte do acordo firmado com os ingleses, Dom João VI abriu os portos brasileiros às nações amigas.

Em 1810, prevendo o fim da guerra na Europa, a Inglaterra pressionou Dom João VI para que assinasse o Tratado de Comércio e Navegação e o Tratado de Aliança e Amizade. Esses acordos eram desfavoráveis ao crescimento comercial e industrial brasileiro, pois, por meio deles, os produtos ingleses pagariam menos impostos que as outras nações e iriam concorrer diretamente com os produtos produzidos no Brasil. Outro ponto desfavorável para o Brasil foi a retirada de matéria-prima local e a livre entrada de qualquer espécie de produto inglês em solo brasileiro.

Para garantir que os ingleses que comercializavam ou viessem a morar no Brasil não sofressem perseguições de ordem religiosa, um dos pontos do Tratado de Comércio e Navegação assegurava a liberdade religiosa para os ingleses que aqui se instalariam, enquanto que, pelo Tratado de Aliança e Amizade, Dom João VI impedia a instalação da Inquisição no Brasil. Dessa forma, ficou estabelecido que o governo brasileiro permitiria a prática religiosa aos protestantes ingleses e a construção de templos religiosos, sem aparência exterior de igrejas.

Artigo 5º – A religião católica apostólica romana continuará a ser a religião do Império. Todas as outras religiões serão permitidas com seu culto doméstico ou particular, em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de templo. (Reily, 1993, p. 42)

Verifica-se, portanto, que cerca de 150 anos depois das primeiras atividades protestantes no Brasil, a autorização dada pela Coroa para que os estrangeiros pudessem praticar suas religiões em terras brasileiras não foi uma iniciativa própria, mas uma imposição da Inglaterra. Os anglicanos iniciaram de imediato sua prática religiosa, porém, restringiram-se, inicialmente, quase que exclusivamente à comunidade inglesa.

Com a Constituição de 1824, promulgada por Dom Pedro I, o direito de prática religiosa foi estendido a todos os estrangeiros. Depois de aproximadamente 300 anos de atuação católica em terras brasileiras, essa lei possibilitou a outros grupos religiosos e a outras correntes de pensamento a possibilidade de atuação no Brasil. Entre os grupos que atuaram no Brasil podemos citar: a maçonaria, em 1801; o positivismo (como igreja), em 1881; os luteranos, em 1823; o anglicanismo, em 1835; metodistas, em 1835; os congregacionais, em 1855; o presbiterianismo, em 1859; os batistas, em 1882; a episcopal, em 1890, e o espiritismo, em 1865 (Ramalho, 1975)

Mesmo com a concessão de direito aos estrangeiros de praticarem suas religiões, esse fato por si só não foi suficiente para a propagação do evangelho pelo país. Entre os fatores que auxiliaram na expansão podemos apontar, entre outros, a distribuição de Bíblias, a atuação de missionários e a criação da Sociedade Americana de Amigos

Marítimos, no ano de 1832, no porto do Rio de Janeiro, em razão do grande número de marinheiros americanos que passavam por essa cidade.

Essa sociedade fora organizada em 1828. De certo modo, fazia parte do movimento mundial de reforma religiosa e social que aparecera nos fins do século XVIII, na Inglaterra. A sociedade americana, no entanto, não tinha conexão direta com a britânica. Era, e ainda é, uma sociedade dedicada a cuidar das necessidades espirituais e sociais dos marinheiros americanos por todo o mundo. (Vieira, 1980, p. 61)

A distribuição de Bíblias, no Brasil, teve início em 1822, através da Sociedade Bíblica Britânica e, posteriormente, da Americana. Entre os anos de 1822 e 1856, a distribuição de Bíblias foi de apenas quatro mil exemplares. Como causa, pode-se apontar a concentração da distribuição às áreas portuárias e à divulgação, por parte da Igreja católica, de que a Bíblia distribuída pelos protestantes era falsa.

Os anos seguintes apresentaram um quadro com dados muito mais animadores. No exemplar de 31/12/1880, o jornal Imprensa Evangélica publicou o número de literatura sagrada distribuída por apenas um dos evangélicos: “O rev. A. L. Blackford distribuiu no Brasil, desde 10 de janeiro de 1876 até 30 de junho de 1880, 3:673 Bíblias, 5:214 Novos Testamentos e 5:467 partes deles; ao todo 14:355 exemplares” (1880, p. 413).

Apesar da limitada liberdade de ação, os missionários itinerantes desempenharam importante papel na propagação do evangelho. Daniel P. Kidder e Justin Spaulding, missionários metodistas, foram praticamente os pioneiros na evangelização do povo brasileiro. Durante os anos de 1837 a 1841, desenvolveram o trabalho percorrendo diversas cidades brasileiras, distribuindo Bíblias e evangelizando.

Pode-se dizer que o trabalho realizado pelos colportores, ou seja, missionários e voluntários que distribuíam a Bíblia, foi essencial para a propagação do protestantismo no Brasil. Foram às vilas, aos sertões e aos grandes centros levando Bíblias, evangelizando, orando pelos necessitados e seguindo os princípios do protestantismo: a propagação do Evangelho e a divulgação da Bíblia, que segundo seus ideais não deveria ficar restrita aos clérigos.

A atuação da Sociedade Americana de Amigos Marítimos, iniciada em 1836, teve no capelão James Cooley Fletcher um de seus mais destacados representantes. Iniciando o trabalho em 1851, Fletcher permaneceu no cargo por três anos, assumindo posteriormente outras funções no Brasil. Seu trabalho colocou-o em contato direto com o meio político e social, facilitando o trabalho de outros missionários, mas seus métodos políticos e comerciais nunca foram bem aceitos por outros protestantes.

A ideia básica que estava movendo todo o seu plano era o propósito de apresentar os Estados Unidos da América do Norte como modelo de progresso ideal, que também poderia ser alcançado pelo Brasil. Esse progresso era representado, no Brasil, pelos engenheiros e mecânicos que construíam a estrada de ferro D. Pedro II, pelos empresários americanos do sistema de barcas Rio - Niterói, da linha de vapores Nova Iorque - Rio de Janeiro e pelos empresários de diversos outros empreendimentos industriais. (Hack, 2000, p. 18)

Fletcher, como pastor calvinista e filho de banqueiro, via a atividade comercial e política como parte integrante de seu ministério. Ao apresentar os Estados Unidos como modelo de progresso, conseguiu convencer vários brasileiros de que o caminho para o desenvolvimento cultural e econômico no Brasil poderia ser conseguido através do modelo americano. Durante o tempo em que permaneceu no Brasil, o trabalho de divulgação do evangelho, de James Fletcher, alcançou poucos resultados em termos de conversões. Na sua concepção, o protestantismo não estava afastado do progresso. A publicação de seu livro *Brazil and the Brazilians*, no ano de 1857, escrito com a colaboração de Daniel Kidder Fletcher, contribuiu para despertar o interesse de muitos dos americanos pelo Brasil e, ao mesmo tempo, atuou no meio intelectual

brasileiro, na medida em que despertou em alguns a visão da necessidade do progresso via Estados Unidos.

Amigo de muitos homens públicos e intelectuais, James Fletcher influenciou a muitos, no sentido de apoiarem uma política de imigração da América do Norte ao Brasil. Entre os amigos e defensores de suas idéias podemos citar o político Aureliano Cândido Tavares Bastos.

Tavares Bastos destaca-se entre todos os outros por diversas razões. Primeiro, porque ele, mais do que qualquer outro em cargo público no Brasil, tinha um amor e uma admiração absolutamente irrestritos pelos Estados Unidos da América e pelas coisas americanas. Segundo, porque amava o “progresso” a ponto de travar batalhas por causas impopulares, tais como a abertura do Rio Amazonas ao tráfico internacional, o comércio livre, a liberação das leis comerciais, a descentralização do governo e outras mais. Em terceiro lugar, porque tornou-se patrocinador das imigrações inglesa, americana e alemã, e defendia quaisquer que fossem as medidas que ajudassem as mesmas, tais como melhores meios de transporte internacional, casamento civil e liberdade de culto. (Vieira, 1980, p. 95)

Mesmo com o apoio de parte dos políticos e simpatizantes, o avanço do protestantismo durante esses primeiros anos foi pequeno. Apenas com a vinda do Dr. Robert Reid Kalley ao Rio de Janeiro, em 1855, esse panorama sofreu significativa alteração. No ano de 1858, a Igreja Congregacional de Kalley tinha 360 convertidos, em sua grande maioria brasileiros. Outros grupos religiosos souberam aproveitar a abertura fornecida pelo Dr. Kalley. Os presbiterianos abriram igrejas, no Rio de Janeiro, em 1859, e os batistas, na cidade de Salvador, na Bahia, em 1881.

Quanto às atividades missionárias e sua contribuição para o avanço do protestantismo no Brasil, podemos citar, pelo menos, três nomes importantes. Kalley e os congregacionais; Bagby e os batistas e Simonton e os presbiterianos, cuja ação analisaremos de forma mais detalhada em outra ocasião. Kalley (1809-1888), médico escocês, chegou ao Rio de Janeiro em 10 de maio de 1855. Anteriormente, havia realizado trabalhos de evangelização na Ilha da Madeira e trabalhado com religiosos portugueses nas Índias Ocidentais Britânicas. Ele é considerado o mais antigo missionário a estabelecer trabalhos em língua portuguesa no Brasil. Seu trabalho teve início com os estrangeiros residentes em Petrópolis, mas, em 1859, foi divulgada a informação de que duas senhoras da nobreza se converteram: Dona Gabriela A. Carneiro Leão e sua filha Henriqueta. A divulgação da notícia criou sérios problemas para Kalley, que passou a ser perseguido abertamente. Foi acusado de fazer proselitismo e proibido de exercer a medicina.

A polêmica gerada em torno das conversões e do proselitismo estendeu-se a outros evangélicos e, temendo ser expulso do país, Kalley recorreu à legislação brasileira em busca de soluções para esses problemas.

Muitas das cartas e documentos que relatavam as perseguições sofridas por Kalley e seus seguidores foram perdidas. Através de trabalhos de pesquisas, algumas cartas foram descobertas no Public Record Office, em Londres. Eram correspondências que foram enviadas por Kelley àquele órgão e que relatavam as dificuldades por que passava (ibid.). Algumas dessas cartas relatavam a experiência de Kalley com o presidente da Província do Rio de Janeiro. O Ministro do Exterior, Conselheiro J. N. da Silva Paranhos, teve uma conferência com o agente diplomático britânico William Stuart e informou que Inácio Francisco Silveira da Mota, Barão de Vila Franca, presidente da Província do Rio de Janeiro, havia apresentado queixa contra Kalley, alegando que este estava indo contra as leis brasileiras ao fazer proselitismo e pregar aos doentes, auxiliado por sua esposa. Alegava ainda que, por fazer coisas semelhantes, havia sido expulso da Ilha da Madeira e da de Trindade.

Ao ser informado, Kalley escreveu a Stuart, negando o seu envolvimento em cultos externos e de estar pregando em português no Brasil. Não negou, porém, que fazia cultos em sua casa para protestantes estrangeiros e que dava conselhos religiosos a

seus pacientes. Com essa carta, enviou também a consulta jurídica que havia sido feita a três juristas brasileiros altamente reconhecidos.

De posse desses documentos, Stuart manteve nova reunião com Paranhos e este, ao tomar conhecimento da resposta dos onze pareceres sobre a legislação por parte de Caetano Alberto Soares, Jose Thomaz Nabuco de Araújo e Urbano Sabino Pessoa de Melo, deu o caso por encerrado. A interpretação dos três juristas vinha ao encontro de um antigo debate sobre a modificação do código brasileiro, que era considerado arcaico, por ser baseado em leis do século XVII. Este parecer abriu precedentes para o reconhecimento do direito legal de os protestantes realizarem seus cultos na língua portuguesa. Apesar do parecer jurídico favorável sobre a interpretação da lei, Kalley continuou sofrendo influência daqueles que a aplicavam. Alegavam que o protestantismo era para os estrangeiros e deveria ser pregado na língua de origem de cada grupo. O fato de existirem portugueses calvinistas como seguidores de Kalley trouxe ainda mais problemas. Eles eram estrangeiros. Deveriam fazer o culto em sua língua, mas a língua deles era a falada no Brasil. Como parte das represálias, Kalley não teve o contrato de sua casa renovado e foi obrigado a sair do imóvel. Da mesma maneira, outros protestantes continuaram a ser ameaçados e as duas senhoras nobres sofreram tantas pressões que foram obrigadas a sair da cidade.

Para pôr fim a esses problemas, Dom Pedro II resolveu intervir pessoalmente no caso. Em 28 de fevereiro de 1860, o Imperador fez uma visita à residência dos Kalley. A versão oficial era a de uma conferência sobre a Palestina para a família imperial e a corte.

A violência a Kalley e aos portugueses calvinistas deve ser analisada, não apenas como uma perseguição religiosa aos protestantes, mas como uma característica do Brasil daquela época: uma posição antagônica aos ingleses e portugueses.

Com muitos amigos influentes, Kalley tinha apoio de segmentos da imprensa e de elementos dentro do governo. Após a visita do Imperador, muitas pessoas ligadas ao governo passaram a manter um relacionamento mais aberto com ele e sua família, fato que o ajudou na divulgação de seu trabalho. Entre seus amigos podemos citar o senador Luís Dantas de Barros Leite, conhecido por sua posição liberal e anticlerical. Em 1869, o senador Luís Dantas apresentou projeto de lei solicitando o estabelecimento de escolas leigas, a liberdade religiosa e o direito de todas as religiões poderem abrir suas escolas. Com relação ao trabalho literário de divulgação do evangelho, durante os anos de 1855 e 1866, Kalley publicou cerca de 35 artigos no Correio Mercantil. Em 1865, começou a publicar seus artigos no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro. Entre 1855 e 1876, escreveu vários artigos para outros jornais do Rio de Janeiro usando vários pseudônimos, embora seus perseguidores soubessem quem os escrevia.

Kalley sempre teve grande audiência em suas palestras. Seus artigos eram lidos por todos e até debatidos no Parlamento. Foi um dos responsáveis pelas modificações das leis referentes à liberdade de culto e separação entre Igreja e Estado.

O legado mais importante dos Kalley, entretanto, consistiu no estabelecimento de uma igreja brasileira auto-suficiente, que logo expandiu sua influência a Portugal. A Missão Evangelizadora do Brasil e Portugal foi fundada de fato em 1890. A 11 de julho de 1858, Pedro Nolasco de Andrade tornou-se o primeiro brasileiro batizado no Brasil, cujo evento foi registrado nas primeiras páginas dos cadastros da Igreja Evangélica (Fluminense). A 8 de novembro do ano anterior, o português José Pereira de Souza Louro tinha sido batizado. Por ocasião do batismo de Pedro Nolasco, a igreja de Kalley possuía 14 membros: oito portugueses, um brasileiro e quatro anglo-saxões. Em 1868 a igreja alcançou 360 membros, a maioria brasileiros. Uma segunda igreja congregacional foi organizada em Recife em 1873, sob a direção de James Fanstone. (Cairns, 1990, p. 368)

A preocupação religiosa por parte das igrejas protestantes dos Estados Unidos (para com os imigrantes americanos que vieram ao Brasil durante a Guerra Civil) fez com que algumas denominações intensificassem o trabalho missionário no país. As igrejas

Metodista, Presbiteriana e Batista enviaram pastores e missionários para trabalhar com esse grupo. Em 1867, Junius E. Newman foi consagrado o primeiro pastor metodista na cidade de Santa Bárbara, em São Paulo. A pedido da colônia americana, no ano seguinte, Richard Lane e G. Nasch Morton, pastores presbiterianos, foram enviados para a cidade de Campinas e Morton fundou, em 1869, nessa cidade, o Colégio Internacional.

William Buck Bagby e sua esposa, no ano de 1881 estiveram em Santa Bárbara, mas acabam por fixar residência na Bahia, na cidade de Salvador. Ali, com Zachariah G. Taylor e Antonio Teixeira de Albuquerque, fundaram a primeira Igreja Batista brasileira, em outubro de 1882.

As Igrejas Batistas cresceram rapidamente, pelo trabalho e empenho de Bagby em percorrer todos os locais do Brasil e, em pouco tempo, estavam espalhadas por todo o território brasileiro. Em 1888, havia oito igrejas em seis estados, num total de 212 membros. O rápido crescimento dos batistas está ligado também às imigrações da Letônia ao Brasil por perseguições político-religiosas.

25 famílias imigraram para o Brasil em 1890. Elas organizaram a primeira Igreja Batista Leta em Rio Novo (Santa Catarina), com 75 membros em 1892. Esta congregação obteve uma grande gleba de terra em Nova Odessa e abriu caminho para a imigração em massa de sua pátria. De 1890 a 1922 quinze colônias letas formaram-se no Brasil, constituídas principalmente por batistas. Treze igrejas foram formadas entre eles com mais de 500 membros. Nos anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial, mais de 2.000 batistas letos imigraram, aumentando o número de batistas no Brasil. (Cairns, 1990, p. 371)

A exemplo de outras denominações, os batistas também sofreram perseguições, mas as grandes batalhas legais foram enfrentadas e ganhas por Kalley e os primeiros presbiterianos.

Estratégias de expansão

A atuação na área educacional foi uma das estratégias utilizadas por missionários na segunda metade do século XIX para a expansão do protestantismo brasileiro. A influência do protestantismo na educação brasileira aponta alguns dados que merecem análise cuidadosa. Inicialmente, deve-se lembrar que a colonização portuguesa, predominantemente católica, influenciou todo o sistema de ensino.

Durante séculos, a visão educacional adotada por Portugal para suas colônias predominou, criando modelos que ainda hoje se encontram presentes na educação do país. José Antônio Tobias relata que:

O jesuíta, por conseguinte, plantou, para sempre, a educação cristã na carne e na alma do brasileiro. O longo tempo de colonização do português, a união da Igreja Católica com o Estado em Portugal e no Brasil, o ensino exclusivamente nas mãos de padres, a participação efetiva e profunda dos filhos de Santo Inácio de Loyola na construção de todos os setores do Brasil (...) o ensino e a educação de dois séculos e a própria política educacional do jesuíta constituem alguns dos fatores que marcaram indelevelmente o Brasil, fazendo da educação cristã e do cristianismo coordenadas em que se encontram o Brasil e os brasileiros de todos os tempos. (1991, p. 71)

Proposta protestante: evangelização e educação A expansão da Igreja Presbiteriana deu-se pela atuação de missionários que tinham como objetivo dar assistência espiritual aos protestantes americanos radicados no país e propagar o Evangelho entre os brasileiros.

Viagens de reconhecimento, evangelização e vendas de Bíblias, pelo interior das Províncias, mostraram aos missionários, entre outros fatores, as falhas do processo educacional brasileiro e, ao mesmo tempo, apontaram estratégias para a expansão do protestantismo no país.

Assim, missionários de diversas denominações investiram em educação. Deve-se salientar que a eliminação do analfabetismo não era a única preocupação do missionário, ele procurava atingir também a sociedade brasileira com seus princípios evangélicos, morais e sociais, utilizando como instrumento a escola. Segundo Mendonça “o protestantismo constituía um modo de vida, e aceitá-lo nos seus princípios de crença implicava em mudança de padrões de cultura” (1995, p. 96).

Verifica-se, portanto, que o analfabetismo foi um problema que os missionários precisaram enfrentar para obter sucesso na implantação e expansão do protestantismo brasileiro. Seguindo esse princípio, as igrejas norte-americanas deram ênfase à criação de escolas particulares como forma de propagar, ainda que indiretamente, os ideais cristãos segundo o modelo evangélico. Assim, o povo brasileiro seria atraído por uma pedagogia inovadora e manteria, ao mesmo tempo, contato com os valores espirituais praticados pelos protestantes.

O trabalho missionário, muitas vezes, era lento e infrutífero, em razão do analfabetismo, sobretudo no interior das Províncias. Hack relata o depoimento do reverendo Dagama, que exerceu suas atividades no oeste de São Paulo:

Em minhas viagens de pregação pelo interior, encontrei muitos lugares onde vastos trechos chamados Distritos, em alguns dos quais ninguém sabia ler [...] Em um desses Distritos com 16 milhas por 10, nem sequer uma pessoa sabia ler. Depois do culto, quando eu estava de saída, um velho perguntou-me: E como vamos fazer para santificar o domingo? Nenhum de nós sabe ler: não sabemos cantar, ainda não sabemos orar. Fazer o quê? (2000, p. 58)

As escolas paroquiais foram criadas ao lado das igrejas e de suas escolas dominicais; eram escolas pequenas e modestas, que visavam a alfabetização de seus novos membros e tinham objetivos bem definidos: ensinar as primeiras letras, ministrar o ensino religioso da Bíblia e do Breve Catecismo.

Assim, o leitor deve observar que essas escolas procuravam suprir a deficiência do sistema educacional brasileiro e responsabilizar-se pela instrução dos grupos que eram discriminados por problemas sociais, raciais ou religiosos. Garantiam, por meio da alfabetização de adultos e crianças e da leitura da Bíblia, que fossem aceitos como membros ativos da Igreja e participassem dos cultos que exigiam a leitura de material litúrgico. James Cooley Fletcher, pastor presbiteriano, encontra-se entre os primeiros presbiterianos a incentivar a melhoria do sistema educacional brasileiro. Iniciou o trabalho em 1851, como capelão; sua colaboração no campo educacional pode ser notada na tentativa de introduzir textos escolares americanos no Brasil e na publicidade do sistema educacional americano. Seu trabalho fez com que muitos brasileiros demonstrassem interesse pelo assunto. Entre os que apoiavam a causa protestante e a adoção de um sistema educacional semelhante ao aplicado nos Estados Unidos da América, pode-se citar o deputado Tavares Bastos. Em 15 de julho de 1867, Simonton, missionário pioneiro presbiteriano no Brasil, num estudo apresentado ao Presbitério do Rio de Janeiro, citou que a criação de escolas era um meio indispensável para assegurar o futuro da Igreja Evangélica no Brasil. Em seu diário, Simonton citou o desejo de abrir uma escola que atendesse não apenas aos protestantes e suas famílias, mas os brasileiros de modo geral. “O plano de uma escola protestante aqui (no Rio de Janeiro), de grau elevado, para ingleses e brasileiros que quisessem freqüentá-la, tem ocupado muito meus pensamentos ultimamente” (Matos, 1999, p. 64).

Outros grupos protestantes também viam na educação um meio de evangelização. Batistas, metodistas e presbiterianos, entre outros, compartilhavam do mesmo ponto de vista com relação ao papel da educação na evangelização.

Não obstante o poder maravilhoso do Evangelho na transformação imediata dos ideais do indivíduo, a superioridade das doutrinas batistas não será demonstrada ao povo brasileiro exclusivamente no campo da evangelização. É justamente no campo

da educação que o Evangelho produz os seus frutos seletos e superiores, homens preparados para falar com poder à consciência nacional. (Crabtree, 1962, p. 125)

Em 1882, em carta aos Estados Unidos da América, o missionário batista Bagby apresentou à sua igreja norte-americana um plano destacando o papel da educação como instrumento de evangelização:

Tais colégios prepararão o caminho para a marcha das igrejas [...] colégios fundados nestes princípios triunfarão sobre todo o inimigo e conquistarão a boa vontade até de nossos próprios adversários. Mandai missionários que estabeleçam colégios evangélicos, e o poder irresistível do Evangelho irá avante na América do Sul e a terra do Cruzeiro do Sul brilhará com a luz resplandecente do Reino de Cristo. (Hack, 2000, p. 62)

Ao citar as cinco atas da Missão Sul no Brasil, Paul Everett Pierson mencionou cinco alvos explícitos das instituições educacionais missionárias:

Auxiliar na propagação do evangelho, especialmente entre as classes superiores; preparar os crentes para viverem em um nível econômico mais elevado, o que lhes permitiria sustentar a igreja e exercer maior influência na sociedade; proporcionar um ambiente educacional de nível espiritual e moral mais elevado do que o encontrado nas escolas públicas e católicas; preparar líderes para a igreja; e contribuir de maneira geral para a cultura e o progresso da nação ensinando os alunos a usarem seus recursos de modo mais eficiente. (Apud Matos, 1999, p. 64)

De acordo com Ramalho:

O problema da educação para os missionários tem um sentido mais totalizante: ultrapassa os limites de uma expressão evangélica, engloba-se em uma concepção de vida. Para a tradição do protestantismo americano, religião, democracia política, liberdade individual e responsabilidade são concebidas como parte de um todo, que está envolvido por uma inflexível fé na educação. (1975, p. 79)

Escrevendo sobre o protestantismo no Brasil, Emile Leonard comentou a respeito das práticas educacionais das igrejas americanas:

A fé-prática das Igrejas norte-americanas levou-as a um grande desenvolvimento das instituições “paraeclesiásticas” que oferecem a vantagem de permitir uma propaganda indireta, contribuindo para a criação de uma civilização cristã, senão a realização do Reino de Deus na terra, mais ou menos conscientemente identificada com o sistema econômico dos Estados Unidos. (1963, p. 133)

No Brasil, o tema evangelização e educação, sobretudo com relação aos colégios protestantes, sempre trouxe discussões nos círculos protestantes. A visão global de vida por parte dos missionários, que colocavam o problema da escola em um contexto mais amplo, não foi compreendida por grupos nacionais recém-convertidos, que desejavam um trabalho de proselitismo mais direto, não acreditando na eficácia dos programas educacionais como fatores de evangelização indireta.

Alguns líderes julgavam que a evangelização deveria ser dada, tanto nas escolas dominicais como nos colégios. O objetivo seria a transmissão dos conceitos cristãos de vida; outros líderes apoiavam a evangelização acima de qualquer outro plano. Para eles, a obra educativa realizada e mantida pelas igrejas exigia recursos humanos e financeiros que poderiam ser utilizados na expansão da obra missionária e na abertura de novas igrejas.

A educação segue a evangelização e não a evangelização a educação. Ademais, a experiência nos ensina que as grandes quantias derivadas da evangelização e despendidas na construção de grandes colégios prejudicam a Causa e retardam seu progresso. A pátria brasileira jamais será evangelizada pelos colégios. São excelentes auxiliares da evangelização sempre que não se afastem da simplicidade e do poder de Evangelho, mas um verdadeiro entrave à evangelização

em caso contrário. A experiência nos ensina ainda que muitos desses colégios crescem e se enriquecem na medida em que se afastam do Evangelho. Muitas famosas Universidades dos Estados Unidos são a prova irrefutável do que acabamos de afirmar. As conversões de que se faz alarde, em nossos colégios, são, na maioria das vezes, casos hipotéticos, prematuros e problemáticos. (Crabtree, 1962, p. 185)

Assim, o educador e ministro presbiteriano Eduardo Carlos Pereira também apoiava a idéia de que a evangelização deveria ter prioridade sobre a educação; como outros religiosos, acreditava que a ênfase dada aos colégios evangélicos como agências evangelizadoras no Brasil era incorreta. Na Revista de Missões Nacionais, em dezembro de 1892, publicou um artigo sobre o emprego das verbas enviadas ao Brasil.

Não somos infensos ao espírito liberal filantrópico dos capitalistas americanos, antes somos seus admiradores, e não lhes regatearemos, por certo, como patriotas, sincera gratidão; porém, só desejamos dar o seu a seu dono, e saber se são missionários em nome do humanismo cosmopolita de ilustres filantropos, ou em nome da caridade salvadora do Filho de Deus; se são enviados para São Paulo pela generosidade de homens liberais, ou pela dedicação da Igreja de Cristo em sua gloriosa missão de evangelizar o mundo. (Ferreira, 1992, pp. 417-8)

Comentando o Sínodo de 1897, Ferreira comenta a opinião de um pastor brasileiro, reverendo Eduardo Carlos Pereira, sobre o papel da educação na evangelização brasileira:

Contestamos que os grandes colégios tenham concorrido poderosamente para a propagação da fé ou para a preparação de um ministério evangélico, pois no Brasil não existe atualmente nem um ministro que comprove esta declaração. Quanto aos resultados na evangelização, a experiência nos ensina que a conexão de tais estabelecimentos com as igrejas lhes tem causado profundas amarguras e tem servido até de escândalo. (Ibid., p. 419)

Mesmo com toda controvérsia no meio protestante, seus colégios alcançaram grande êxito. Horace Lane, ministro presbiteriano, educador e diretor da Escola Americana entre os anos de 1884 a 1912, foi um dos defensores da obra de evangelização por intermédio da educação. Seu comentário sobre a importância da obra evangélica nas escolas foi registrado por Hack:

A campanha evangélica deve partir deste princípio: muitas escolas, mais escolas, sempre escolas. É o que fazem os sacerdotes católicos e é o que fazemos nós; na educação da mocidade reúne-se grande parte de nosso ideal. (2000, p. 64)

Além dos motivos citados anteriormente, é necessário que o leitor perceba que os colégios e escolas protestantes surgiram, também, em razão da estrutura socioeconômica brasileira que, ao manter um contato mais direto com o capitalismo norteamericano, precisou adequar-se às exigências do novo momento. As transformações inovadoras atuaram em distintos níveis da sociedade, produzindo questionamentos e novos valores.

Esses colégios não chegam como iniciativas isoladas: vêm dentro de todo um conjunto de valores e ações que fazem parte do universo religioso e ético característico do protestantismo que é apresentado como uma nova opção àquele que era dominante no país e naquele momento. (Ramalho, 1975, p. 83)

O contexto do Brasil Império possibilitou que essas escolas, sem planejamento prévio de suas instalações, fossem surgindo aos poucos e de acordo com a necessidade do momento. As diferenças de ideologias políticas, a necessidade de novas habilitações, o surgimento de pequenas indústrias, o advento do regime republicano, o crescimento do comércio externo, etc., aliados às idéias inovadoras que os missionários e a nova

organização religiosa traziam, serviram de pano de fundo para o surgimento dos colégios. Portanto, os que aparecem nesse período são, de modo geral, por iniciativa das missões norte-americanas de origem pessoal, de paróquias locais e alguns poucos de responsabilidade e iniciativa nacional.

Analisando a trajetória dos colégios protestantes, verifica-se que, no início de suas atividades, os grandes colégios concentraram seus trabalhos nos cursos secundários, hoje ensino médio, já que estavam sujeitos a pouca regulamentação por parte do governo.

Portanto, mantinham grande autonomia e flexibilidade na organização do currículo; incluíram novas técnicas pedagógicas; tinham a possibilidade de aplicar diferentes práticas de ensino e também uma filosofia educacional diferente da existente na época.

Em sua maioria, os cursos secundários eram frequentados por filhos de componentes das classes média e alta. Existia a possibilidade de atrair esse público para convertê-lo ao protestantismo ou, pelo menos, colocá-lo em contato com a “cultura protestante”.

Ao atrair as camadas mais proeminentes da sociedade que mantinham uma parcela do poder político, o grupo religioso evangélico implantou bons cursos secundários e buscou o apoio, a autoridade e a respeitabilidade de que tanto necessitava.

A possibilidade de uma educação protestante aos alunos não protestantes reduziu o papel proselitista das escolas e a presença de estudantes não evangélicos impôs uma redução às atividades evangelizadoras.

Ramalho comenta a respeito dos relatórios dos diversos colégios, que estava citada, com destaque, a aceitação dos colégios protestantes pelas famílias mais destacadas da sociedade. Relatando a fundação do Colégio Americano Egídio, em Salvador, lê-se:

Os fundadores se felicitaram pelo fato de seus 120 alunos pertencerem as melhores famílias. [...] O segundo grande colégio fundado pelos batistas no Brasil, foi em São Paulo, em 1902, pela esposa do Ver. Bagby, com 60 alunos das melhores famílias. [...] Sobre o Colégio Batista do Rio: “Em 1911 contava com 200 alunos, alguns dos quais das mais altas famílias da capital. [...] Sobre o Colégio Piracicabano em 1881: Logo começaram a afluir as crianças para o colégio que em pouco tempo foi reconhecido como o melhor colégio da cidade, sendo freqüentado pelos filhos das melhores famílias do lugar. (1975, p. 88)

Notamos, portanto, que o grupo de protestantes nacionais, que era contrário aos grandes investimentos na área educacional, não deixava de ter alguma razão quanto ao questionamento de que a evangelização e/ou conversão dos alunos era pequena.

Dentro do esquema proposto pelos colégios protestantes, Ramalho comenta que o objetivo era influenciar na preparação de líderes e, por meio deles, atuar de forma eficaz na sociedade. Mesmo que esses líderes não tivessem se convertido ao protestantismo, recebiam influência evangélica e, mais tarde, quando estivessem ocupando cargos de importância no país, poderiam divulgar, compreender e facilitar a expansão do protestantismo e de suas ideias.

Referências

CAIRNS, E. E. (1990). O cristianismo através dos séculos. 2 ed. São Paulo, Vida Nova.

CRABTREE, A. R. (1962). História dos batistas do Brasil. Rio de Janeiro, Casa Publicadora Batista.

FERREIRA, J. A. (1992). História da Igreja Presbiteriana do Brasil. 2 ed. São Paulo, Editora Presbiteriana.

HACK, O. H. (2000). Protestantismo e educação brasileira. 2 ed. São Paulo, Cultura Cristã.

LÉONARD, É. G. (1963). O protestantismo brasileiro: estudo de eclesiologia e história social. São Paulo, Aste.

MATOS, A. S. (1999). O Colégio Protestante de São Paulo: um estudo de caso sobre o lugar da educação na estratégia missionária da Igreja. Fides Reformata. São Paulo, Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper, v. 4 (jul.-dez), n. 2.

_____ (2004). Os pioneiros presbiterianos do Brasil: 1859-1900. São Paulo, Cultura Cristã.

MENDONÇA, A. G. (1995). O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil. São Paulo, Instituto Metodista de Ensino Superior.

RAMALHO, J. P. (1975). Colégios protestantes no Brasil. Dissertação (Mestrado em Educação). Rio de Janeiro, PUC.

REILY, D. A. (1993). História documental do protestantismo no Brasil. São Paulo, Aste.

TOBIAS, J. A. (1991). História da educação brasileira. 4 ed. São Paulo, Ibrasa.

VIEIRA, D. G. (1980). O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil. 2 ed. Brasília, Universidade Brasília.